

HISTÓRIA E VARIAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA: IMPLICAÇÕES NAS PRÁTICAS DE ENSINO

PORTUGUESE LANGUAGE HISTORY AND VARIATIONS: IMPLICATIONS FOR TEACHING PRACTICES

*Amanda de Paula Guimarães Teixeira¹
Kesley Mariano da Silva²*

RESUMO: Ensinar a origem da Língua Portuguesa e os caminhos que ela percorreu até chegar ao que é hoje é importante na conscientização e valorização da variedade linguística existente em um país tão miscigenado como o Brasil. A relevância dessas questões consiste em tornar a escola um lugar democrático, além de possibilitar ao aluno transformar-se em um cidadão que saiba utilizar e entender sua língua em diferentes âmbitos de uso. Teóricos como Vygotsky, Bagno, Lapa e Bortini-Ricardo serão mencionados como base teórica para as análises presentes neste trabalho. Conclui-se, que a variação linguística está presente na escola e o papel do professor é muito importante no processo de integração do aluno a vários contextos de uso da Língua Portuguesa.

Palavras chave: História. Educação. Variação Linguística.

ABSTRACT: Teaching the origin of the Portuguese language and the paths it has taken to become as it is today is very important in raising awareness and valuing the linguistic variety that exists in a mixed population such as Brazil. These questions is to turn the school into a democratic place and allow the student to become a citizen who can use and understand his/her language in different areas of use. Theorists such as Vygotsky, Bagno and Bortini-Ricardo will be mentioned as the theoretical basis for the analyzes presented in this assingment. It is concluded that linguistic variation is present in the school and the role of the teacher is very important in the process of student integration in the various contexts of Portuguese language use.

Keywords: History. Education. Linguistic Variation.

Data da Submissão: 22.Janeiro.2021

Data de Aprovação: 30.Março.2021

¹ Graduação em Letras: Português/Inglês (UNIFAN/2019). Professora de Língua Portuguesa na Escola Evangélica Príncipe da Paz.

² Graduação em Letras: Português/Inglês (UEG/2007); Graduação e Direito (UniMB/2009); Especialização em Docência do Ensino Superior (FINOM/2012); Especialização em Língua Portuguesa e Literatura (Faculdade ESEA/2020); Mestrado em Educação (UNESA/2016); Doutorado em Educação (UDS/2020).

INTRODUÇÃO

Cerca de 260 milhões³ de pessoas utilizam a Língua Portuguesa como principal língua para se comunicar e está entre as línguas mais faladas do mundo.

Originou-se do latim vulgar e passou por diversos processos e contribuições histórico-sociais até se tornar o que conhecemos e falamos hoje. Assim como qualquer outra língua, vem se modificando até os dias atuais e se adaptando às necessidades de seus usuários.

Este trabalho tem como proposta principal investigar a origem das variações linguísticas da Língua Portuguesa falada no Brasil considerando as influências históricas que ela sofreu até se tornar o que é hoje, citando algumas considerações acerca de palavras de origem estrangeiras que compõem seu léxico.

Esta pesquisa analisará os métodos de ensino utilizados atualmente observando o porquê do preconceito linguístico enraizado no ensino da língua nas escolas do país.

A escola tem papel fundamental no processo de introdução do aluno em diferentes ambientes e suas relações com a sociedade. Ao longo dos anos, tem-se procurado desenvolver mecanismos que possam melhorar o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa, de modo que alunos de diferentes classes sociais se sintam inseridos na escola e esta seja significativa a eles. Além disso, é interessante ressaltar as propostas da BNCC e a viabilidade de suas aplicações em sala de aula.

1. ORIGEM E FORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Língua Portuguesa se originou do Latim Vulgar, que era utilizado por artesãos, camponeses, soldados, colonos e também pequenos mercadores. Segundo Lapa,

A língua portuguesa, como afinal outras línguas aparentadas, tem [...] uma origem bem humilde, caracteristicamente popular. Ou seja, ela não nasceu em “berço dourado”. Ao observar a língua materna do brasileiro, pode-se perceber a evolução de palavras até se tornarem o que se conhece hoje, como é o exemplo de, *perdonare*, formado de *per* (para) + *donare* (dar), ou seja, significa “para dar”. (LAPA, 1998, p. 35)

³ A Língua Portuguesa é a quinta língua mais falada no mundo de acordo com o artigo “Um Olhar Além da Ortografia”. (CUNHA, 2010, p. 5)

Com o passar do tempo se constituiu o verbo perdoar. Também tem-se a origem do verbo enfermo que provém do latim *infirmo* (não firme). Estilo provém de *stilu*, que significa um ponteiro de metal, osso ou outro material que servia para escrever em tábuas. Atualmente, é utilizada para se referir ao “[...] conjunto das qualidades de expressão características de um setor ou de uma época [...]” (BUENO, 1996 p. 271). Imbecil originou-se também do latim *imbecille*, fraco, doente ou incapaz de sustentar-se, diminutivo de *baculu*, cajado, bastão, assim *imbecille* significa sem bastão ou melhor, sem sustentação, no Português atual significa, “pouco inteligente, estúpido, burro” (BUENO, 1996 p. 353). Ônibus do latim *omnibus* significava “para todos” em português, “veículo motorizado para transporte (urbano e interurbano) de passageiros, com itinerário preestabelecido” (BUENO, 1996 p. 467).

Ao voltar um pouco na história, mais especificamente até a invasão dos árabes à Península Ibérica, nota-se que a Língua Portuguesa recebeu influência também desses povos. A política cristã de reconquista às terras na península provocou perda de grandes marcos da cultura árabe; vários objetos e escritos foram jogados em fogueiras que queimavam durante dias. Lapa (1998, p. 37) afirma que “[...] a requintada cultura árabe não tocou a estrutura da língua; limitou-se a enriquecer o vocabulário de palavras que traduzem geralmente as aquisições da técnica e os gozos terrestres da vida”.

Muitas palavras não conservaram o mesmo significado de origem, como é o caso de açougue, que etimologicamente significa feira, mercado ou bazar, porém, no Português brasileiro, faz-se o uso desta palavra para indicar um estabelecimento onde se vendem vários tipos de carne. Algoz em árabe significa “o conquistador” ou “o invasor”, em português significa “carrasco”. Outros exemplos de palavras ainda presentes em nosso vocabulário são:

Açafrão: do árabe *az-za"afra*n, amarelo; era usado pelos árabes tanto na cozinha quanto para ser ingerido com café e cardamomo.

Alcachofra: do árabe *Alkharshof*, planta hortense que pode ser comestível.

Xadrez: do árabe *chatranj*, sofreu algumas mudanças passando pelo espanhol *ajedrez*, até se formar a palavra que conhecemos hoje.

Masmorra: do árabe *matmura*, significava celeiro subterrâneo, mas posteriormente passou a significar calabouço, cadeia, prisão.

Xarope: do árabe *sharab*, significava bebida, porém na língua portuguesa se refere especificamente a um líquido que contém uma grande concentração de açúcar.

Garrafa: do árabe *karafâ*, recipiente que possibilita o transporte de líquidos. (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2019)

Lapa (1998) argumenta que há indícios de que os franceses influenciaram a Língua Portuguesa desde a formação de Portugal. Por meio de alianças durante o período de conflitos ocorridos na Península, esses povos deixaram marcas na cultura e literatura portuguesa também. No livro “Estilística da Língua Portuguesa”, o autor diz:

Nunca podemos esquecer que o primeiro chefe de Portugal foi um nobre francês, o conde D. Henrique de Borgonha, e que franceses ou gente afrancesada combateram por Portugal logo nos primeiros tempos de nossa existência de nação livre. Esses soldados franceses, depois da guerra, estabeleciam-se no reino e nele constituíam famílias. (LAPA, 1998, p. 37)

O Português que se fala hoje no Brasil é o produto de várias transformações que ocorreram na língua e que estabeleceram várias ramificações de um mesmo idioma. Tais transformações continuam acontecendo, como empréstimos linguísticos, estrangeirismos, variações regionais, variações de linguagem diante de determinado ambiente, variações históricas, variações entre classes sociais, relacionadas ao gênero e faixa etária.

1.1 Influência de fatores históricos na formação da Língua Portuguesa no período colonial

Durante a colonização do Brasil pelos portugueses, foram trazidos hábitos, crenças e, sobretudo, a língua predominante que era o Português falado em Portugal.

A princípio, para comunicarem-se com os nativos, os padres jesuítas aprenderam e passaram utilizar e aceitar expressões indígenas e algumas palavras do seu vocabulário. Posteriormente, com a chegada de novos colonizadores e escravos africanos, idiomas como o Ioruba e o Quimbundo foram introduzidos naquelas terras, causando incômodo à Corte Portuguesa. Logo estabeleceram o ensino obrigatório da Língua Portuguesa aos índios.

Um fato marcante da nossa história colonial, no campo da política linguística, foi a decisão do primeiro ministro português Marquês de Pombal, em 1757, de proibir o ensino de qualquer outra língua em território brasileiro que não fosse a portuguesa. (BAGNO, 2003, p. 77)

Embora tenha se sobressaído perante as línguas encontradas em terras brasileiras, o Português europeu acabou se distanciando do Português falado no

Brasil atualmente, por influência de línguas africanas, indígenas, neolatinas, orientais entre outras (CASTILHO, s/n)⁴.

O processo de aculturação no período colonial fez com que se perdessem muitos elementos de línguas indígenas, porém, ainda é possível perceber influências desses povos no vocabulário nacional. São exemplos da permanência do tupi-guarani, ainda hoje, em nosso idioma, palavras como: Pororoca, Iracema, tatu, abacaxi, açaí, arara, caju, caatinga, caboclo e jacaré.

Outro exemplo de línguas que estiveram presentes na formação do vocabulário da Língua Portuguesa foram as línguas africanas.

Não se sabe ao certo o ano da chegada dos primeiros africanos no Brasil, mas, sabe-se que o tráfico de escravos foi oficializado em 1549. Juntamente com a vinda de navios negreiros para as terras brasileiras, que até então era apenas colônia de Portugal, vieram um vasto vocabulário e influência sob a pronúncia dos nativos.

O “D” chiado (DGI) e o “T” também chiado (TCHI) são elementos que se enraizaram na Língua Portuguesa durante esse período. Como exemplos de palavras do vocabulário africano tem-se: macumba, cachaça, moleque, quindim, jiló, cochilo, tanga, acarajé, fubá, farofa, quibebe, camundongo, borocoxô, zumbi e senzala.

No século XVI, os franceses frequentavam o litoral brasileiro devido seus interesses políticos e econômicos e mantinham contato e alianças com povos indígenas (Carvalho, 2019). A partir desta relação, surgiram influências linguísticas consideráveis que não se perderam, mesmo com a expulsão dos franceses do território colonial, em 1567, pelos portugueses.

Permanecem em nosso vocabulário palavras como abajur, batom, bijuteria, buquê, clichê, cabaré, conhaque, chique, garçom entre outras. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, ao contrário de outros estados brasileiros, temos o “R” soprado, uma das principais características dessa influência francesa sob a pronúncia dessa região.

Após alcançar sua independência em 1822, o Brasil recebeu influências de imigrantes franceses, italianos e alemães que se instalaram no centro sul do País. Naquela época, aconteceu o “embranquecimento” da nação brasileira, fazendo com

⁴ CASTILHO, Ataliba T de. A hora e a vez do Português Brasileiro. **Museu da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/A-hora-e-a-vez-do-portugues-brasileiro.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

que muitos costumes e expressões linguísticas mantidos até então acabassem entrando em extinção.

O início da escolarização no século XX se deu por parte dos jesuítas, porém de fato o que ocorria nesse período eram escolas que ensinavam a ler, escrever e contar, para os colonos e filhos de colonos, e os índios eram catequizados e instruídos de forma que realizassem apenas a comunicação. Bagno (2003) relaciona esse processo ao fato de grande parte da população brasileira, ainda hoje, não ter conhecimento ou domínio da norma padrão da sua própria língua. Segundo ele, “a história da educação no Brasil é mais um fator que explica porque é tão restrita a apropriação da norma padrão por cada vez mais cidadãos” (BAGNO, 2003 p. 96).

Nesse período, surgiram várias gírias e dialetos entre esses grupos, que não eram vistos com bons olhos. A elite brasileira adotou um projeto de purificação da língua, melhor dizendo, eles restringiram a escolarização às pessoas que pertenciam aos grupos da alta classe, essencialmente homens brancos, resultando em uma bipolarização do português brasileiro (Bagno, 2003). Modelo que até hoje vem sendo propagado com a ideia de exclusão de variantes da Língua Portuguesa, principalmente, as que estão relacionadas a populações mais pobres, dando a ideia de que estas pessoas não sabem falar o “português correto”.

1.2 Regiões brasileiras e suas variações

A sociolinguística investiga e interpreta fatores sociais e empregos linguísticos, desmistificando a ideia de certo e errado, sendo assim, a língua não tem menos importância em nenhum âmbito de sua utilização.

Cada variante armazena um emaranhado de contribuições e influências de diversos lugares e ao longo do tempo, ou seja, para compreender os diversos âmbitos de uma língua, é necessário entender sua história. Outro ponto de defesa da sociolinguística é o de que as pessoas são plurilíngues, ou seja, em casa comunicam-se linguisticamente de uma forma, no trabalho, na escola, na faculdade, uma reunião ou entre os amigos utilizamos outra forma de comunicação. Entende-se, então, que existem adequações de uso, quando e como os recursos linguísticos podem ser usados e que a língua e a linguagem são uma representação do indivíduo.

Para os variacionistas como Labov, Weireich e Herzog, a variação é algo essencial na língua e seu desenvolvimento, produzidos por fenômenos históricos,

culturais, econômicos e sociais que interferem em aspectos linguísticos. A classe social, o sexo e a idade do falante são elementos pertinentes na análise e interpretação de fenômenos linguísticos variáveis.

A variação histórica acontece ao longo do tempo e resulta em expressões e palavras que são adicionadas à língua e outras que caem em desuso.

A língua evolui e se desenvolve ao longo do tempo. As mudanças lingüísticas ocorrem em estados sucessivos de uma língua em função das ações dos falantes, que contribuem para que determinada forma caia em desuso para que outra, por eles adotada, sobreviva. (MARINHO; VAL, 2006 p. 30)

Vale ressaltar também que a língua apresenta particularidades recorrentes ao seu uso, de modo que cada grupo social possui uma linguagem própria. Este processo esteve presente em toda formação da língua portuguesa, pois a língua não é homogênea e se modifica ao longo do tempo, assim como o homem caracteriza-se pela diversidade e possibilidade de mudanças (MARCUSCHI, 1996).

Alguns dos vocábulos estudados anteriormente concentraram-se em lugares específicos do Brasil, caracterizando determinadas regiões; outros representam determinado tipo de ambiente ou grupo social. As palavras de origem africana, por exemplo, tiveram forte influência na região nordeste do Brasil. Na região sul, observa-se influências de línguas europeias e orientais tanto no vocabulário quanto na pronúncia. Percebem-se representações do vocabulário indígena no norte e centro-oeste do país. Palavras de proveniência grega, hebraica e árabe frequentemente são utilizadas em meios acadêmicos, científicos e religiosos.

No Brasil, facilmente se percebe a ideia de que falantes do sul e sudeste possuem um “alto nível de fluência” em Língua Portuguesa, enquanto os falantes do norte e centro-oeste e nordeste não “sabem falar português corretamente”. Desde o período colonial, a valorização do que vinha de países europeus era evidente ao passo que o vocabulário africano, de negros escravos ou de línguas indígenas era desprezado. O que se vê até hoje é uma supervalorização do que vem de outros países e empobrecimento dos diversos aspectos da cultura brasileira pelos próprios brasileiros. Segundo Bagno

A notável repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar o português encarna, sem dúvida, a continuação no tempo desse espírito colonialista, que se recusa a atribuir qualquer valor ao que é próprio da terra, sempre visto como primitivo e incivilizado, além de refletir nosso fascínio por tudo o que

vem de fora, considerando intrinsecamente bom e digno de imitação. (BAGNO, 2003 p. 78)

Alguns indivíduos passam a acreditar que realmente seu sotaque e vocabulários característicos de sua região não caracterizam um país com uma imensa grandeza e riqueza cultural. Bagno (2003) discute, em seu livro “Preconceito Linguístico: o que é, como se faz”, vários mitos que existem acerca da Língua Portuguesa, e entre eles está o mito de que “as pessoas sem instrução falam tudo errado”. Ele defende que essa ideia surge no modelo de ensino que preza a gramática catalogada nos dicionários.

Qualquer manifestação lingüística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito lingüístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. (BAGNO, 2007, p. 40).

Logo, por ouvir desde seus primeiros anos na escola que seu “Português é errado”, a criança se desenvolve acreditando que realmente não sabe falar o “Português correto”, ou seja, que não sabe falar a própria língua que diariamente utiliza para viver e conviver em sociedade.

2. VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM SALA DE AULA

Nos primeiros anos de vida de uma pessoa, por meio da sua língua materna, ela aprende a se comunicar. Esse processo acontece de acordo com o grupo social ao qual pertence, abstraindo aspectos culturais, históricos e sociais que caracterizam o ambiente em que vive.

Vygotsky defende que conceitos⁵ são construídos por fatores culturais ao longo do desenvolvimento de determinada pessoa. “É o grupo cultural onde o indivíduo se desenvolve que vai lhe fornecer, pois, o universo de significados que ordena o real em categorias (conceitos), nomeados por palavras da língua desse grupo.” (LA TAILLE, 1992, p. 28)

Ele afirma também que o “pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inata, mas é determinado por um processo histórico-social

5 Conceitos: construções histórico-culturais internalizadas ao longo do desenvolvimento de uma pessoa.

e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais de pensamento e fala.” (VIGOTSKY, 1989, p. 44 *apud* LA TAILLE, 1992, p. 8)

Ao ser inserido em um ambiente de ensino formal, o indivíduo se depara com formas de uso da língua diferentes da sua e de tudo que tem internalizado até o momento, além da Língua Portuguesa em sua norma padrão. No ambiente escolar, por exemplo, é possível notar que existem diferenças entre o modo como coordenadores, diretores, professores e alunos se comunicam. Bortoni-Ricardo apresenta uma pesquisa feita no estado de Goiás e Distrito Federal acerca desse assunto.

Em pesquisas conduzidas em escolas no estado de Goiás e Distrito Federal, observamos que os professores monitoravam muito a sua linguagem quando conduziam eventos mediados pela língua escrita, mas eram muito espontâneos em eventos de estrita oralidade. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 26)

É interessante analisar este tipo de interação, pois neste caso o aluno percorre entre diferentes níveis de uso da Língua Portuguesa, podendo se sentir parte do ambiente de ensino, tendo em vista que sua realidade também está sendo representada ali. É importante destacar que não é relevante considerar erros relativos à oralidade da língua, mas sim, suas adequações a determinado ambiente, assim como, a importância da norma padrão e a língua em uso no dia a dia de cada um.

Marcos Bagno defende que uma tendência causadora de preconceito dentro da escola consiste em “querer obrigar o aluno a pronunciar “do jeito que se escreve”, como se essa fosse a única maneira “certa” de falar português.” (BAGNO, 2007 p. 50).

É importante que o aluno aprenda a escrever de acordo com a norma padrão, mas em nenhuma língua todos falam exatamente como se escreve. “Quando digo que a escrita é uma tentativa de representação é porque sabemos que não existe nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade.” (BAGNO, 2007, p. 52).

O ensino da Língua Portuguesa focando apenas em gramática, de forma engessada e estruturalista está distante da realidade das pessoas e causa, em grande parte delas, uma aversão à norma padrão, considerada extremamente difícil e inatingível pelas classes populares.

Em um ensino de língua de maneira descontextualizada, é exigindo do aluno uma bagagem semântica que ele não tem. Há um derramar de conhecimentos e conceitos gramaticais aos falantes que não sabem sequer como utilizar o que lhes é transmitido. A esse respeito, Bagno, Stubbs e Gagné (2002) advogam que:

[...] deveríamos propor então um ensino de língua que tenha o objetivo de levar o aluno adquirir um grau de letramento cada vez mais elevado, isto é, desenvolver nele um conjunto de habilidades e comportamentos de leitura e escrita que lhe permitam fazer o maior e mais eficiente uso possível das capacidades técnicas de ler e escrever. (BAGNO, STUBBS, GAGNÉ, 2002, p. 52)

Muitos acreditam que levar as variações linguísticas em consideração durante o ensino de Língua Portuguesa compromete a utilização da língua de maneira formal, mas, ter isto como verdade é o mesmo que desconsiderar todo o processo de formação da língua e composição das diversidades de cada região brasileira. Seria necessário desvincular a Língua Portuguesa de sua própria história, assim como a identidade de seus falantes.

É necessário, também, apresentar o conceito de variação linguística de maneira que não propague a ideia de que isto só acontece em meio à pobreza e falta de escolaridade e conhecimento.

É preciso evitar a prática distorcida de apresentar a variação como se ela existisse apenas nos meios rurais ou menos escolarizados, como se também não houvesse variação (e mudança) linguística entre os falantes urbanos, socialmente prestigiados e altamente escolarizados, inclusive nos gêneros escritos mais monitorados. (BAGNO, 2008, p. 16)

Ao se deparar com variações dentro da sala de aula, talvez por desconhecimento, alguns professores não sabem qual a melhor forma de lidar com esse tipo de manifestação e logo se põem a corrigi-las de maneira, por vezes, constrangedora e até humilhante.

Muitas gramáticas e livros didáticos chegam ao cúmulo de aconselhar o professor a “corrigir” quem fala muleque, bêjo, minino, bisôro, como se isso pudesse anular o fenômeno da variação, tão natural e tão antigo na história das línguas. (BAGNO, 2007, p. 50)

Segundo Bortini-Ricardo (2004, p. 38) “uma pedagogia que é culturalmente sensível ao saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola”.

Não se pode atribuir o preconceito linguístico exclusivamente aos professores e seus métodos pedagógicos, obviamente. Mas também é papel deles apresentar positivamente as variações existentes, contribuindo para que os julgamentos e preconceitos dentro da escola e presentes na sociedade possam diminuir ou desaparecer. Seria possível realizar este processo por meio da leitura, escrita, dramatização, tecnologias e outros recursos e processos didáticos.

É importante que o professor deixe claro aos educandos que existem tipos de linguagem adequados a cada espaço social. Ainda é válido ao docente instrumentalizar os alunos a conhecerem determinados gêneros textuais e como identificá-los. Escritores como Antônio Gonçalves (Patativa do Assaré), Mario de Andrade e Oswald de Andrade foram grandes defensores da utilização da linguagem culta, mas também da língua em uso pelas classes menos privilegiadas de sua época.

Ao trabalhar esse tipo de escrita, por exemplo, é possível estabelecer um ambiente de interação entre os alunos e também inclusão daqueles que se sentem excluídos. Observamos o poema seguinte:

Pronominais
Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

Neste poema, é possível perceber que Oswald de Andrade busca a aproximação da fala, da escrita e da gramática. O título “pronominais” diz respeito à inversão de pronomes e verbos que ocorrem na linguagem usual.

Gramaticalmente, a estrutura valorizada na Língua Portuguesa é aquela em que o pronome aparece depois do verbo (ênclise), por exemplo, “Dê-me um cigarro”. No poema, o autor mostra que no dia a dia dos brasileiros o que predomina é o pronome antes do verbo (próclise), como acontece em “Me dá um cigarro”. Mas, nem

por isso a linguagem utilizada pelo negro ou branco que pertence à massa da nação brasileira se torna inferior a outras formas de utilização da língua.

A partir deste poema, por exemplo, é possível trabalhar gramática e ao mesmo tempo fazer com que o aluno tenha contato com uma variação da língua mais próxima ao que ele está familiarizado. E também mostrar a importância de ambas as modalidades da Língua Portuguesa, oralidade e escrita.

2.1 Implicações da variação linguística nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa- PCN

Nas décadas de 60 e 70, quando surgiram as primeiras discussões acerca da reformulação do ensino de Língua Portuguesa, acreditava-se que a valorização da criatividade era o suficiente para promover o aprendizado e a comunicação do aluno. Posteriormente, foram estabelecidas discussões a respeito do que era considerado erro no ensino do Português, a excessiva valorização da gramática e suas normas e na forma em que acontecia o aprendizado da escrita.

Com o deslocamento do eixo da investigação das questões do ensino para as questões da aprendizagem, foi possível compreender que as crianças sabiam muito mais do que se poderia supor até então, que elas não entravam na escola completamente desinformadas, que possuíam um conhecimento prévio. Mas, as de famílias mais favorecidas tinham maiores oportunidades de participação em atividades sociais mediadas pela escrita, possuíam muito mais experiências significativas com a escrita do que as crianças das classes menos favorecidas, e essa diferença, que se expressava no desempenho, marcou a vida escolar dessas crianças desde o seu início. (PCN, 1997, p. 20)

Partindo dessa percepção, foram feitas análises que possibilitaram uma revisão no processo de alfabetização. No que diz respeito à leitura e à escrita, a discussão era, não só considerar o conhecimento prévio de aluno, mas considerar as contribuições de outras áreas de aprendizagem como psicologia e ciências. Em relação à oralidade, a questão era não ensinar a fala correta, mas sim os contextos de uso de cada tipo de linguagem, correspondendo as exigências da sociedade atual.

Mas não são os avanços do conhecimento científico por si mesmos que produzem as mudanças no ensino. As transformações educacionais realmente significativas — que acontecem raramente — têm suas fontes, em primeiro lugar, na mudança das finalidades da educação, isto é, acontecem quando a escola precisa responder a novas exigências da sociedade. (PCN, 1997, p. 21)

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, é importante analisarmos as transformações históricas, sociais e culturais que ocorrem na língua.

Dessa perspectiva, a língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas. (PCN, 1997, p. 22)

Independente da classe social e do acesso à informação de determinado aluno, é papel fundamental da escola, durante os doze anos de aprendizagem (correspondentes à educação básica), capacitá-lo para que ele possa interpretar os diferentes tipos de textos que circulam socialmente, de se comunicar e produzir em diferentes ambientes.

O domínio da língua tem grande importância nas relações sociais de cada pessoa, assim a escola assume a responsabilidade de garantir que o aluno obtenha o conhecimento linguístico necessário para exercer sua cidadania.

Na maioria das vezes, o foco das instituições de ensino se concentra na modalidade escrita da Língua Portuguesa, por ser mais exigida em provas, redações e elaboração de trabalhos. Falar bem, se expressar com clareza em qualquer contexto requer um considerável conhecimento semântico, mas, é necessário ensinar a gramática e também como usá-la.

A valorização apenas da norma padrão não se sustenta em estudos empíricos da linguagem, ou seja, ao observar o uso da língua em seus diferentes âmbitos e variações, percebe-se que ninguém escreve exatamente como fala. Seria necessário então, refletir acerca da oralidade e da escrita.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997) têm como objetivo ajudar e orientar professores a obter novos meios de trabalhar em sala de aula e métodos de ensino mais eficientes em diferentes disciplinas. O principal foco das discussões desses manuais é a variação linguística buscando propiciar o respeito diante de questões políticas, regionais e culturais do país.

De acordo com este documento, para trabalhar estas variações em sala de aula é necessário que a escola se desvincule de alguns mitos. Por exemplo, quando é ensinado que existe apenas uma forma “certa” de falar sendo a escrita o espelho da

fala, ou seja, desse modo seria necessário “consertar” a fala do aluno para que ele conseguisse escrever “certo”.

De acordo com o documento, os PCNs defendem também que “a questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido.” (PCN, 1997, p. 26)

Além disso, a educação deve ser comprometida em proporcionar o aprendizado eficaz da língua de modo que o aluno irá ser instigado a buscar novas informações e praticar o exercício da reflexão. Nesse sentido,

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido “treinar” o uso mais formal da fala. (PCN, 1997, p. 27)

Para atingir esses objetivos, o professor pode, então, trabalhar textos científicos, reportagens, cartas, crônicas, entrevistas, ofícios, textos da internet, textos acadêmicos, obras literárias, dramatizações, promover debates e reflexões para que o aluno entre em contato com diferentes contextos de usos da língua.

Não adianta “aceitar o aluno como ele é” dentro da escola sem ensiná-lo a lidar com outros ambientes, outras situações de fala e escrita. Como já foi mencionado, é necessário que através de habilidades linguísticas bem desenvolvidas, ele possa fazer o exercício da sua cidadania.

2.2 Propostas da BNCC para o ensino de Língua Portuguesa

A Base Nacional Comum Curricular (2017), estabelece o conjunto de aprendizagens que o aluno deve ter durante seu período escolar. Em relação ao ensino de Língua Portuguesa, ela propõe alguns eixos a serem desenvolvidos: leitura e escrita, produção multissemiótica, oralidade e análise linguística. É importante destacar que, em análise linguística o objetivo da BNCC vai além de análises restritas a estudos gramaticais (regras e normas), é necessário entender o que está sendo estudado, para que o estudante amplie suas habilidades linguísticas, tanto no quesito produção quanto na leitura.

Este documento dialoga com outros documentos importantes para o desenvolvimento da educação como a LDB e os PNCs. Porém, a BNCC vem se destacando, pois, apresenta seus objetivos e propostas de formas mais específicas.

Entre as seis Competências Linguísticas para o Ensino Fundamental estabelecidas, é importante destacar duas delas:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. (BNCC, 2017, p. 65)

A partir disso, entende-se que a BNCC, dentre outras coisas, busca promover o conhecimento e valorização da construção linguística assim como a identidade social de cada indivíduo, relacionados com as diversas práticas de linguagens para torná-lo um cidadão ativo e que se sinta inserido na sociedade.

Melhor dizendo, nesta proposta, a escola deve possibilitar ao aluno a “ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.” (BNCC, 2017, p. 64)

Atualmente, algumas novidades foram trazidas para o campo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. A Heterogeneidade de vozes, em que a tecnologia tem espaço no âmbito educacional além das variações linguísticas, também propõe a valorização de diferentes gêneros textuais, em que o aluno pode ter contato com formas variadas da Língua Portuguesa, fazendo com que o ensino saia da tradicional valorização do Português politicamente correto e abra espaço para as diversas faces do Português Brasileiro.

A BNCC estabelece, então, o ensino centrado nos multiletramentos, ou seja, assim como os PCNs, a escola deve possibilitar que o aluno desenvolva habilidades para lidar com a linguagem em diferentes situações de uso juntamente com o exercício da sua cidadania.

A utilização de textos multimodais e informativos, por exemplo, estão inseridas nesta proposta. Algo trazido com mais ênfase pela BNCC é a situação do professor como tutor e não mais como o único detentor do saber.

Complementando as mudanças citadas, tópicos relacionados a gramática devem ser apresentados como forma de construção dos diversos gêneros textuais. Por fim, é estabelecido também formas de avaliação que levem em consideração o contexto de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta análise, um dos primeiros passos a serem adotados no ambiente escolar é a eliminação da cultura do erro e a adoção do termo adequação linguística. Existem contextos adequados para a utilização de determinados tipos de linguagem e é papel da escola ensinar ao aluno quando e como usá-los.

A língua falada é uma das principais características humanas, logo é de extrema importância que os indivíduos saibam que existem níveis de linguagem que devem ser considerados. Por exemplo, ao se referir a um aluno do ensino médio o professor deverá usar um tipo de linguagem diferente da que utilizaria ao se referir a um aluno da primeira fase do Ensino Fundamental.

Além disso, o aluno ao identificar para que tipo de público está direcionando sua fala, qual tipo de ambiente, assunto ou intencionalidade do seu discurso, saberá também qual tipo de linguagem e vocabulário utilizar para obter a comunicação desejada.

É importante ensinar a escrever de acordo com a ortografia padrão, mas sem desprezar as variações da modalidade da língua falada. Segundo Bagno (1999, p. 49), “Seria mais justo e democrático dizer ao aluno que ele pode dizer BUnito ou Bonito, mas que só pode escrever BONITO, porque é necessária uma ortografia única para toda a língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito[...]”.

O professor deve observar que conhecer variações linguísticas não “empobrece” as competências cognitivas do aluno, pelo contrário, o conhecimento proporciona a formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade uma vez que o aprendizado linguístico abre portas para a aquisição de todas as outras áreas do conhecimento.

É interessante que o docente não se esqueça de compreender a língua como uma construção humana, histórica, social e cultural, na elaboração de tarefas e atividades escolares. Por exemplo, “utilizando diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos” (BNCC, 2017, p. 9).

Não se resolve o problema apenas transmitindo informações e teorias, é necessário que o aluno coloque em prática o que ele aprende na escola. É importante trabalhar diferentes gêneros textuais que permitam diferentes tipos de linguagem, como é o caso de uma reportagem, carta, ofício, crônica, fábula, charges, histórias em quadrinhos, poemas, cordéis, textos dramáticos, propagandas, bula, entre outros gêneros. Contudo, além de mostrar esses conteúdos (objetos de conhecimento), é importante permitir que eles produzam (sejam ativos) dentro da sala de aula.

Ainda é pertinente considerar ferramentas digitais, visuais e comunicativas de forma crítica, levando em consideração também a prática do conhecimento, “bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.” (BNCC, 2017 p. 9)

É importante que a equipe docente das instituições de ensino utilize esses e outros mecanismos para conscientizar os alunos acerca da importância da variação linguística como identidade histórica e social e tratar com respeito todo tipo de variante. Assim, os aprendizes sairão da escola sem a ideia de que “português é muito difícil”, “não sabem falar português”, “a língua mais bonita é pertencente ao grupo A ou B” ou “escrever e falar bem é algo inacessível”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Priscilla Loyola Gonzaga. **A Língua Portuguesa e alguns de seus aspectos: História, características e os acordos ortográficos**. Aparecida de Goiânia, dez. 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/96595956/A-LINGUA-PORTUGUESA-E-ALGUNS-DE-SEUS-ASPECTOS-HISTORIA-CARACTERISTICAS-E-OS-ACORDOS-ORTOGRAFICOS-PRISCILA-LOYOLA>. Acesso em: 29 mai. 2019.

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz?** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAGNO M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua Materna. Letramento, Variação & Ensino.** São Paulo: Editora Parábola, 2002.

BLOG DA EDITORA CONTEXTO. **O que é sociolinguística?** Ed. Contexto, 03 fev. 2015. Disponível em <http://blog.editoracontexto.com.br/o-que-e-sociolinguistica/>. Acesso em: 30 mai. 2019.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: FTD, 1996.

CARVALHO, Leandro. Invasões Francesas no Brasil Colonial. **Brasil Escola.** Disponível em: <https:m.brasilecola.uol.com.br/amp/historiab/invasoes-francesas-no-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CUNHA, Érika Pereira. **Um Olhar Além da Ortografia.** Aparecida de Goiânia, dez. 2010. Disponível em: <http://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. **Etimologia e Origem das Palavras 2008.** Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br>. Acesso em: 05 jun. 2019.

GLOBOPLAY. **Variação Linguística é tema da aula do Projeto Educação.** publicado em: 9 out. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2877137/>> Acesso em: 31 ago. 2019.

GUTENBLOG. **O que eu preciso saber sobre BNCC Língua Portuguesa?** Disponível em: <https://gutennews.com.br/blog/2018/11/27/o-que-eu-preciso-saber-sobre-bncc-lingua-portuguesa/>. Acesso em: 06 out. 2019.

LA TAILLE, Oliveira Dantas. **Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão.** São Paulo: Summus, 1992.

LAPA, M. Rodrigues. **Estilística as Língua Portuguesa.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A língua falada e o ensino de português. Departamento de Letras, **UFPE**, 1996. Disponível em: <https://www.ufjf.br/projetodeoralidade/files/2018/06/OLE-A-l%C3%ADngua-falada-e-o-ensino-de-portugu%C3%AAs-L.-A.-Marcuschi-UFPE.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MARINHO, Janice Helena Chaves; VAL, Maria da Graça Costa. **Variação Linguística e Ensino.** Belo Horizonte: Ceale, 2006. Disponível em:

http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2015%20Variacao_Linguistica.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Preconceito Linguístico x Variação Linguística**. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/gramatica/preconceito-linguistico-x-variacao-linguistica.htm>. Acesso em: 30 ago. 2019.

OLIVEIRA, Daiana da Silva. **Língua Portuguesa: origens e influências**, Aparecida de Goiânia, Dezembro de 2010. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n08evs1>. Acesso em: 29 maio. 2019.

SERGIO, Ricardo. **Palavras de origem estrangeira**. Recanto das letras. Publicado em: 11 abr. 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/gramatica/2914649>. Acesso em: 30 maio. 2019.

SÓ PORTUGUÊS. **A formação da Língua Portuguesa no Brasil**. Disponível em: <https://soportugues.com.br/secoes/portuguesFormacao.php>. Acesso em: 29 maio. 2019.b

SÓ PORTUGUÊS. **Português na História**. Disponível em: <https://soportugues.com.br/secoes/portuguesnahistoria.php>. Acesso em 28 maio. 2019.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Árabes na Península Ibérica: História Península Ibérica**. História do Mundo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/arabe/arabe-iberica.htm>. Acesso em: 05 jun. 2019.